



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

MURILLO VELOSO FERNANDES COSTA

PRÁTICA PEDAGÓGICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

BRASÍLIA, 2016

PRÁTICA PEDAGÓGICA NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

MURILLO VELOSO FERNANDES COSTA

Trabalho Final de Curso apresentado à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial e insubstituível para a obtenção de título de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

Orientadora: Maria Clarisse Vieira

Brasília, 2016

Costa, Murillo Veloso Fernandes.

Prática Pedagógica no Sistema Socioeducativo/ Murillo Veloso
Fernandes Costa – Brasília, 2016.
44f.

Monografia – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília
2016.

Orientadora: Maria Clárisse Vieira

1. Prática 2. Pedagógica 3. Socioeducativo

MURILLO VELOSO FERNANDES COSTA

Monografia apresentada à Banca Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como requisito parcial e insubstituível para a obtenção de título de Graduação do Curso de Pedagogia da Universidade de Brasília.

Aprovado por:

Profª. Dra. Maria Clarisse Vieira
Orientadora – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Profª. Ms. Nirce Barbosa Castro Ferreira
Membro titular da banca – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

Prof. Ms. Thiago Oliveira Nunes
Membro titular da banca – Faculdade de Educação Física da Universidade de Brasília

Ms. Julieta Borges Lemes
Suplente da banca – Faculdade de Educação da Universidade de Brasília

“Interessante é que minha obra e minha produção escrita são profundamente partes da minha constituição como sujeito.”

Renato Hilário dos Reis (2011, p. 240)

*Dedico a minha família
que sempre me apoiou em
todos os momentos e que
são atores substanciais
nessa formação.*

AGRADECIMENTOS

A minha formação acadêmica e social durante o curso foi um processo feito coletivamente, devido às experiências vivenciadas no decorrer da minha formação. Agradeço a querida amiga e professora Ms. Nirce Barbosa Castro Ferreira por todo o apoio e parceria que me fortaleceu para a conclusão do curso e me ajudou a continuar em momentos difíceis.

Agradeço ao professor Dr. Renato Hilário dos Reis que fez parte da minha formação desde o segundo semestre e que eu sempre admirei pelo trabalho exercido, que foi além da formação acadêmica, me proporcionando uma transformação em diversas vertentes.

Agradeço a professora Dra. Maria Clarisse Vieira que foi crucial para a produção deste trabalho de conclusão, passando-me ensinamentos que levarei por toda a minha caminhada.

Agradeço a todos os colegas que fizeram parte da minha caminhada no GENPEX, pelo vínculo de companheirismo e fraternidade que foi construído através dos encontros realizados.

Direciono aos meus pais José Veloso Costa e Moema Carla Veloso Fernandes por estarem sempre à disposição para me apoiar e ajudar na minha formação. Dedico também ao meu irmão Adriano e irmãs Gabriela e Daniela que são o meu porto seguro.

Agradeço a minha avó Rosália Maria Veloso Fernandes, que com toda a sua vivência pôde me transmitir ensinamentos éticos e morais, me auxiliando na construção como sujeito.

Agradeço a minha namorada Isabelle Soares do Nascimento, que tive o prazer de conhecer durante o meu percurso na academia, fato este que fez com que a caminhada fosse mais amena e prazerosa e que foi fundamental para conclusão do curso.

Agradeço a todos os adolescentes e funcionários da Unidade de Semiliberdade que me acolheram, permitindo que no contato mais direto e no vínculo mais estreito entre seres humanos, eu viesse a quebrar vários paradigmas, e até certo preconceito e com isso me fazendo obter um olhar mais humanista, se tornando assim, atores fundamentais para a minha produção escrita.

Finalizo agradecendo a todos os colegas e professores que agregaram conhecimento teórico e prático

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC tem como objetivo investigar a importância do pedagogo dentro do Sistema Socioeducativo em uma Unidade de Semiliberdade do Distrito Federal. Tendo em vista que a atuação do pedagogo nesse campo de atuação é recente, o presente trabalho busca conhecer como é exercida a prática pedagógica dentro da Unidade de Semiliberdade. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, ancorada na pesquisa-ação, e se apresenta como um estudo de caso. A ferramenta utilizada para realização da pesquisa foi uma entrevista semiestruturada feita com a pedagoga da Unidade de Semiliberdade, na qual as respostas foram analisadas e relacionadas com teóricos da educação. Foi realizado o levantamento do marco legal que legisla sobre a semiliberdade, sendo para isto avaliados o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o documento do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e o Projeto Político Pedagógico, todos dentro do contexto da Semiliberdade. Com a vivência no Grupo de Ensino, Pesquisa, Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais (GENPEX) foi possível realizar o trabalho de conclusão de curso e de conhecer novas possibilidades de práticas pedagógicas. Realizada a pesquisa foi possível perceber que o currículo dos cursos de Pedagogia devem ser repensados com o intuito de explicitar uma proposta da implantação de disciplinas correlacionadas com a atuação do pedagogo dentro do sistema socioeducativo.

Palavras-chave: Prática pedagógica, Educação, Pedagoga.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	10
PARTE I – MEMORIAL	11
PARTE II – MONOGRAFIA.....	16
Introdução	16
Justificativa	18
Objetivo Geral:.....	20
Objetivos Específicos:	20
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
Metodologia.....	21
Local da Pesquisa	22
Sujeitos da Pesquisa.....	23
CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES SOBRE O MARCO LEGAL QUE LEGISLA O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL.....	24
1.1 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):.....	24
1.2 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)	26
CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE DE SEMILIBERDADE.....	28
CAPÍTULO III – ELEMENTOS UTILIZADOS PARA A EFETIVAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA UNIDADE	31
3.1 – Conhecendo a Unidade e as atividades realizadas pelos adolescentes:	31
3.2 – Prática Pedagógica desempenhada na Unidade, a partir da fala da Pedagoga. ...	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS FUTURAS	40
ANEXOS.....	41
ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	42
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	44

APRESENTAÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso – TCC apresenta três partes distintas: Memorial, Monografia e Perspectivas Profissionais Futuras.

No memorial faço o resgate da minha formação educacional, recontando a trajetória percorrida, com todos os desafios e facilitadores que me trouxeram até a conclusão do curso de Pedagogia.

Na segunda parte da monografia, justifico a escolha de trabalhar com a socioeducação, buscando compreender como é exercida a prática pedagógica dentro da Unidade de Semiliberdade. Apresento também os objetivos deste trabalho, que trata-se de investigar a importância da prática pedagógica dentro do sistema socioeducativo, e para isso é feita uma entrevista com a pedagoga para conhecer os elementos utilizados na atuação dela na Unidade, além disso também é levantado o marco legal que legisla a Semiliberdade e apreciado o Projeto Político Pedagógico da Semiliberdade.

Também são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para a realização da pesquisa, esclarecendo e fundamentando que trata-se de uma pesquisa qualitativa, sendo considerado também um estudo de caso. É contextualizado o local e sujeitos da pesquisa, preservando a identidade de todos os colaboradores, fazendo uso de nomes fictícios. Para desenvolver este trabalho de conclusão de curso os capítulos foram divididos da seguinte maneira:

- a) Considerações sobre o marco legal que legisla o Sistema Socioeducativo no Brasil (Capítulo 1);
- b) Considerações sobre o Projeto Político Pedagógico da Unidade de Semiliberdade (Capítulo 2).
- c) Elementos utilizados para a efetivação da prática pedagógica na Unidade (Capítulo 3);

PARTE I – MEMORIAL

Faço nesse momento o resgate da minha trajetória a partir do meu ingresso no curso de Pedagogia, por meio de uma reflexão do que me trouxe até aqui, levando em consideração todos os aspectos que influenciaram de alguma forma a minha formação acadêmica, profissional e social.

Sou natural de Brasília¹ onde vivi todos esses anos. Estudei em escola privada apenas na educação infantil e a partir do ensino fundamental passei a estudar em três escolas públicas diferentes, todas situadas no Guará².

Na educação infantil estudei em uma instituição de ensino privada chamada Pituchinha onde a aprendizagem era um pouco mais avançada em relação às escolas públicas. Com isso aprendi a ler e escrever com apenas cinco anos de idade. O ensino era muito bom e me recordo da professora Lêda Gomes pelo incentivo que dava para uma alfabetização prazerosa voltada para o hábito de leitura. Não fui uma criança fácil, pois gostava bastante de brincar e jogar futebol, às vezes em momentos que não eram adequados de acordo com a professora, assim recorrentemente eu era encaminhado para a sala da diretora Nair Alves.

O início da minha vida escolar foi um pouco conturbada pelo fato de eu ter pulado algumas etapas. Após ter concluído a educação infantil na Pituchinha, fui matriculado para o ensino fundamental em uma escola pública, a Escola Classe 06 do Guará. Passado um mês de adaptação na primeira série do ensino fundamental, a professora fez algumas atividades para saber em qual nível de aprendizagem que nós alunos estávamos. Segundo a professora – que não me recordo o nome por ter passado pouco tempo com ela – eu estava um pouco mais adiantado do que o restante da turma por já saber ler e escrever. Com isso foi proposto para os meus pais que eu fosse transferido da primeira série para a segunda. Eles aceitaram, pois entenderam que eu já estava alfabetizado e iria estudar novamente tudo que já tinha estudado no Jardim III na Pituchinha.

Os meus pais estavam certos em parte. Realmente em questão de aprendizagem eu sinto que não fui prejudicado e consegui acompanhar o restante da turma, entretanto o convívio e as relações com os demais colegas foram afetados. Fora esse acontecimento eu tenho poucas lembranças do Ensino Fundamental. Não me recordo dos meus professores,

¹ Brasília (RA I) – Distrito Federal.

² Guará – denominação antiga Cidade Satélite, hoje Região Administrativa (RA X)

apenas de alguns amigos que infelizmente foi perdido contato com o passar do tempo, mas também de outros que levo comigo até hoje.

Após ter concluído a quarta série do Ensino Fundamental, fui transferido de escola novamente, para o Centro de Ensino Fundamental 08 também do Guará, onde fiquei da quinta até a sétima série. Neste período, além da aprendizagem escolar, ficou marcado também pelo começo da minha autonomia e maior responsabilidade. Foi quando comecei a ir para escola sem os meus pais e onde também criei vínculos de amizades mais fortes. Fazia parte da equipe de futebol e de vôlei da escola e sempre fui interessado pela área esportiva. Foi aí que comecei a criar gosto para lecionar, entretanto como professor de Educação Física por ter tido mais contato com o professor dessa área.

Concluído a sétima série fui para a quarta escola – sendo a terceira pública – onde fiz a oitava série do Ensino Fundamental e ingressei no primeiro ano do Ensino Médio, no Centro Educacional 02 do Guará conhecido também como Ginásio do Guará (GG). Acredito que o Ensino Médio é a melhor fase de todo o período escolar para todos os estudantes. É nele que você começa a projetar o que será do seu futuro, mas também é um período onde é bem aproveitada a juventude, e como todos ou grande parte dos jovens, são feitas escolhas que não são as ideais, entretanto também aprendi a crescer mesmo cometendo alguns erros.

Além de estudar nas quatro escolas com localização no Guará, eu também era morador de lá, porém no Ensino Médio me mudei para Samambaia³ e mesmo assim continuei estudando no Guará. Apesar de ter sido um pouco cansativo ter que me deslocar diariamente para ir à escola, e ter mudado completamente a minha rotina, foi possível tirar pontos positivos dessa situação, que me ajudou a crescer socialmente e criar maiores responsabilidades.

No Ensino Médio sempre tive dificuldade nas disciplinas exatas, principalmente em Matemática e Física, fazendo com que, eu ficasse de recuperação pela primeira vez no primeiro ano. A partir daí comecei a eliminar cursos e profissões onde era necessário fazer cálculos matemáticos mais complexos, ficando cada vez mais próximo da área de educação, entretanto ainda com o pensamento de ser professor de Educação Física.

No final do primeiro ano, participei do Programa de Avaliação Seriada (PAS), sendo o meu primeiro exame para poder ingressar na universidade. Confesso que não dei a importância necessária para tal exame, talvez por ainda ser muito novo e não saber ainda

³ Samambaia – Região Administrativa (RA XII) – Distrito Federal.

de forma precisa o que eu gostaria de fazer quando concluísse o Ensino Médio. Acredito que seja comum para maioria dos estudantes.

No segundo ano, tive dificuldades novamente em Matemática e em Física, reiterando ainda mais a minha vontade de atuar na área da educação. Consegui ser aprovado para o terceiro ano, porém perdi a segunda etapa do PAS por ter esquecido a identidade no dia da prova e não dado tempo para voltar em casa, pois já morava em Samambaia. Com isso me restou apenas o vestibular tradicional para tentar o ingresso à Universidade de Brasília, porém ainda não era algo que eu almejava naquela época.

Terminei o Ensino Médio com a conclusão do terceiro ano em 2010, com apenas 16 anos, devido ter pulado a primeira série e ido direto para a segunda, como dito anteriormente. Guardo lembranças e vivências inesquecíveis dessa etapa escolar em minha vida, que foi além de aprendizagem escolar, pois pude me desenvolver como pessoa e criar laços de amizades que carrego até hoje.

Concluído o Ensino Médio, fiz a minha primeira prova de vestibular, porém para o curso que mais tive afinidade durante a minha caminhada escolar, Educação Física. Tive uma nota razoável, entretanto não fui aprovado, sendo assim resolvi ver em quais cursos conseguiria aprovação com a nota que tive, e entre alguns o que mais me interessei foi o Curso de Pedagogia. No entanto, fazer o vestibular novamente só seria possível no meio do ano de 2011. Fiquei durante esse semestre de “férias” aguardando o próximo vestibular. Infelizmente vivemos em uma sociedade que está cada vez mais acelerada, eu já havia concluído os estudos um ano antes da idade adequada, mas as pressões externas para ingressar em um Ensino Superior ou arrumar um meio para arrumar um bom emprego, ainda existia.

Recordo-me que aberto às inscrições para o vestibular do meio do ano de 2011, no ato da inscrição eu fiquei em dúvida se faria novamente para Educação Física ou se mudava para Pedagogia. Fiz uma pesquisa para saber um pouco mais de cada curso, especialmente os ofertados pela UnB, então notei que na época o curso de Educação Física ofertado era com título em Bacharel, e a minha intenção era trabalhar com a educação para ser um sujeito de transformação mais ativo, assim julgando ser mais viável um curso em licenciatura. Também levei em consideração outros aspectos para optar dessa vez pelo curso de Pedagogia, ter um argumento (nota) menor para ingressar também pesou na hora da escolha. Neste momento também iniciei uma reflexão de o porquê nunca ter pensado no curso de Pedagogia como uma opção de carreira a seguir, já que gostava da ideia de lecionar, e cheguei à conclusão de que não ter feito o Ensino Fundamental da forma

adequada, pode ter sido um dos pontos a ter me levado a esse afastamento do curso, fato este que me fez mudar a partir daí, a minha caminhada acadêmica.

Confesso que não tinha muita esperança de ser aprovado no curso de Pedagogia, por não me sentir preparado da maneira ideal para fazer o vestibular, então no dia do resultado eu estava fazendo um teste para entrar em uma equipe de futebol e não consegui passar no teste para entrar na equipe. Porém, assim que sai do clube e pego o celular, me deparo com inúmeras ligações de diversas pessoas. Fiquei preocupado e retornei para o meu irmão, e ele me deu a notícia, que eu havia passado no vestibular da Universidade de Brasília, logo o descontentamento de não conseguir passar no teste para jogar futebol, se tornou em alegria por ter alcançado ingressar na Universidade.

Tudo foi muito precoce em minha vida, principalmente na vida escolar e acadêmica. Concluí o Ensino Médio em 2010 com 16 anos, e um semestre depois completando 17 anos, ingressei no Ensino Superior. Este período que entrei na Universidade foi o período em que mais pude perceber o meu desenvolvimento social, profissional e acadêmico. Aprendi a ter um olhar mais crítico frente aos acontecimentos que nos cerca, me tornando mais humano, compreendendo a necessidade da valorização de um ser humano que erra, acerta, que ama e que pode ser amado. Esta visão e desenvolvimento humano foram possíveis principalmente pelo contato que tive com o professor Renato Hilário, a partir do Projeto II.

Iniciei os projetos na área de economia solidária com a professora Sônia Marise, e aproveitei bastante o projeto onde tive o primeiro contato com Educação Popular. Após passar um ano no projeto de economia solidária, voltei a ter uma disciplina com o professor Renato Hilário, a disciplina Educação de Jovens e Adultos. Esta é a área em que pretendo atuar futuramente. Na disciplina eu soube que o Renato ofertava projetos com esse tema no Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais (GENPEX), e foi assim que comecei a frequentar o grupo.

A busca desse Projeto no GENPEX deu-se também pelo interesse de abranger o conhecimento no processo de alfabetização de jovens e adultos em conflitos com a lei. O projeto desenvolvido na Unidade de Semiliberdade de Taguatinga Sul proporcionou experiências jamais vividas e que me ajudaram a crescer tanto, academicamente e como socialmente.

Ao desenvolver esse projeto, eu tinha como objetivo pessoal promover alguma mudança ou reflexão na forma de pensar na vida desses jovens, mas percebi que houve

diversas mudanças em mim. Quebras de paradigmas e uma visão mais humanística me ajudaram no meu crescimento pessoal. Conhecer um pouco suas histórias e cotidiano me fez ter reflexões que me levaram a perceber que esses jovens precisam ser “dissilenciados” sem ter pessoas apenas para os vigiar e punir.

Portanto, durante todo o meu processo de aprendizagem acadêmica dentro do Curso de Pedagogia busquei me engajar em temas relacionados com educação popular e socioeducação, buscando compreender se este Sistema Socioeducativo contempla a inclusão do jovem infrator de volta a sociedade. Eu quero entender também se o sistema socioeducativo dá voz e vez a esses jovens que são silenciados, pelas suas em geral, trágicas histórias de vida.

A temática da monografia diz respeito justamente às vivências que eu tive na Unidade de Semiliberdade do Distrito Federal, que é compreender se a prática pedagógica exercida na Unidade é de fato necessária e relevante na formação do pedagogo para atuarem com adolescentes que se encontram submetidos a cumprir medidas socioeducativas, levando em consideração a necessidade de se implantar uma proposta política pedagógica dentro do sistema de semiliberdade que possa contribuir com a formação e constituição desse adolescente concretamente.

Buscando compreender como é feita a prática pedagógica no sistema socioeducativo, levo alguns conhecimentos prévios que tive no decorrer da minha formação como pedagogo sobre o tema, com textos lidos e a prática exercida no meio socioeducativo. Acredita-se que a socioeducação tem por objetivo preparar os adolescentes infratores para serem inseridos de volta a sociedade, reintegrando-os. É justamente este ponto que pretendo trabalhar, procurando saber como o pedagogo atua para reintegrá-los de volta a sociedade.

PARTE II – MONOGRAFIA

INTRODUÇÃO

A abrangência dos casos de adolescentes que cometem atos infracionais causa uma grande repercussão na sociedade, que transmitido de forma tendenciosa pelos grandes canais de comunicação em massa (televisão, rádio, jornal, internet), faz com que a sociedade opte por uma política de segregação e isolamento desses adolescentes. Com isso torna-se necessário apreciar se as práticas existentes na socioeducação de fato alcançam o que é previsto no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O SINASE busca ser pautado sempre pelo intuito pedagógico, tendo como objetivo regulamentar o atendimento em socioeducação, propiciando os direitos e evitando violações. Esta lei é disposta sobre as competências de todo âmbito nacional, ou seja, competências municipais, estaduais, distrital e federal, e também regula o atendimento das Unidades de Semiliberdade, de acordo com as especificidades de cada uma.

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA determina que crianças e adolescentes são inimputáveis (indivíduo que não pode responder criminalmente pelos seus atos), sujeitos a medidas previstas na lei, podendo ser uma medida socioeducativa. Quando verificada autoria de ato infracional podem ser aplicadas as seguintes medidas: “advertência, obrigação de reparar o dano, prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, inserção em regime de semiliberdade, internação em estabelecimento educacional”, além das medidas de proteção previstas no art. 101 (Art. 112, BRASIL, 1990).

Além de apreciar se as práticas existentes na socioeducação estão alcançando o que é previsto nessas duas leis, ECA e SINASE, também é necessário explorar como que é o funcionamento dentro de uma Unidade de Semiliberdade, conhecendo a estrutura física, os profissionais, neste caso em especial o pedagogo, e o dia-a-dia dos jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativa, adentrando neste meio social e tendo uma participação ativa.

O papel do pedagogo dentro do sistema socioeducativa é muito importante para a ressocialização do adolescente e as práticas pedagógicas exercidas por ele, tem papel fundamental para a construção de um sujeito de amor, poder e saber (REIS, 2011). Com

isso é importante conhecer a formação e práxis do pedagogo inserido na socioeducação, pensando em alternativas para obter uma prática pedagógica efetiva.

Estes aspectos citados por Reis são diferenciais na formação do pedagogo e demonstram que a teoria e a prática caminham concomitantemente. Esta práxis só é possível com o graduando inserido dentro do local, neste caso a Unidade de Semiliberdade. Esta permanência contribui para consolidar o ensino e a aprendizagem universitária, no sentido do graduando vir a ser criativo em alternativas na sua futura prática pedagógica efetiva dentro ou fora do sistema socioeducativo.

JUSTIFICATIVA

O curso de Pedagogia é histórica e culturalmente voltado para formação de docentes, tendo a escola como lócus de atuação, dando prioridade para a educação infantil e as series iniciais do ensino fundamental. Isto reflete nos dias de hoje no descaso dos profissionais com a Educação de Jovens e Adultos, e principalmente com os jovens em conflitos com a lei. Segundo Libâneo (2001), o curso de Pedagogia deveria formar um profissional apto para atuar em vários campos educativos, formais ou informais, e não apenas para a gestão administrativa e pedagógica. Um profissional capaz também de propor e analisar criticamente políticas educacionais, em diferentes contextos e instâncias. O autor propõe como exemplos de espaços nos quais o pedagogo pode atuar, os programas sociais, como em serviços para a terceira idade, de lazer e animação cultural, editoria e requalificação profissional. (LIBÂNEO, 2001, p. 161).

Na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília o curso de Pedagogia é organizado em fluxo curricular – em oposição ao termo grade curricular. Para garantir a base docente durante o curso e uma autêntica formação prático-teórica, o currículo é permeado pelos projetos, que são “atividades orientadas, de observação, de regência, de investigação, de extensão, de busca bibliográfica [...] tendo como referencial a vida concreta das organizações onde os fatos e as situações educativas acontecem”. (UnB, 2002, p.15).

Ao escolher o Curso de Pedagogia como formação para o meu campo de trabalho, resolvo seguir o currículo do curso dentro da mais ampla variedade que me foi ofertada. No sexto semestre, cursando a disciplina Educação de Adultos descubro a existência de vários projetos comunitários e entre estes o projeto 4 fase 1 que trabalha com os estudantes dentro da Unidade de Semiliberdade com adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. Eu escolho este caminho para compreender um pouco mais sobre o assunto.

De acordo com o Projeto Acadêmico da Faculdade de Educação da Universidade da Brasília “o egresso do curso será um pedagogo com registro de professor/educador habilitado a trabalhar em espaços escolares e não escolares, admitindo perspectivas diferenciadas de inserção no mercado de trabalho” (VIEIRA e GONZAGA, 2015, p. 245).

É possível afirmar com a experiência vivida no Sistema Socieducativo, que os formandos de Pedagogia, poderão trazer para sua prática pedagógica elementos específicos, e que isso poderá interferir diretamente na forma em que o adolescente infrator

será reinserido na sociedade. Com isso destaco a importância e a necessidade da formação do pedagogo para poder atuar também com os adolescentes que tenham cometido algum ato infracional. Entretanto, para que o exercício do pedagogo logre êxito – nesta área de atuação – é necessário atingir práticas distintas das definidas para a docência, pois neste ambiente de atuação o pedagogo é um socioeducador.

Sendo assim, o presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) justifica-se pelo fato de trazer a contribuição de uma vivência no local, sendo essa na socieducação no Sistema de Semiliberdade no DF. Tendo em vista que a práxis pedagógica permitida pelo currículo do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, leva o aluno a conhecer diversas áreas de atuação.

OBJETIVO GERAL:

- Investigar a importância da formação do pedagogo e sua influência na prática pedagógica exercida com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em uma Unidade de Semiliberdade do Distrito Federal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar quais os elementos da formação inicial são utilizados na atuação do pedagogo dentro do espaço socioeducativo na Unidade;
- Analisar o marco legal que legisla a semiliberdade de adolescentes: Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE);
- Analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Unidade;

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologia

Tendo em vista que a pesquisa de campo para realização deste trabalho foi desenvolvida em uma Unidade de Semiliberdade do Distrito Federal, durante aproximadamente três semestres, foi possível perceber a importância da atuação do pedagogo como sujeito libertador/transformador, sobretudo no sistema socioeducativo. A pesquisa foi feita através de conversas informais com os agentes e adolescentes, reflexões sobre a percepção das relações que eram feitas na Unidade e também observação das atividades habituais e não habituais dos adolescentes, não sendo possível fazer anotações no momento da visita, por orientação da direção da Unidade.

A metodologia utilizada nesse trabalho se fundamenta na pesquisa qualitativa que busca compreender o fenômeno estudado, levando em consideração a perspectiva de todos os envolvidos. Considerando essa abordagem como importante, este tipo de pesquisa “ilumina” e esclarece o dinamismo interno das situações, frequentemente invisível para observadores externos (GODOY, 1995).

Segundo Godoy a pesquisa qualitativa é descritiva e tem o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental. Nessa direção reporto-me a escrita de Godoy que aponta características da pesquisa qualitativa:

Os estudos denominados qualitativos têm como preocupação fundamental o estudo e a análise do mundo empírico em seu ambiente natural. Nessa abordagem valoriza-se o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada. No trabalho intensivo de campo, os dados são coletados utilizando-se equipamentos como videoteipes e gravadores ou, simplesmente, fazendo-se anotações num bloco de papel. Para esses pesquisadores um fenômeno pode ser mais bem observado e compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte. Aqui o pesquisador deve aprender a usar sua própria pessoa como o instrumento mais confiável de observação, seleção, análise e interpretação dos dados coletados. (GODOY, 1995, p. 62).

Além de ser uma pesquisa qualitativa, o presente trabalho está ancorado na pesquisa-ação, no qual a prática pedagógica busca alcançar uma formação contínua e emancipatória de todos os sujeitos envolvidos. Segundo Barbier: “A pesquisa-ação torna-se a ciência da práxis exercida pelos técnicos no âmago de seu local de investimento. O objeto da pesquisa é a elaboração da dialética da ação num processo pessoal e único de reconstrução racional pelo ator social (BARBIER, 2002, p. 59)”.

Este trabalho é considerado como um estudo de caso visto tratar-se da investigação dentro de uma Unidade de Semiliberdade com um grupo específico de trabalho e pessoas. Segundo Robert Yin: “O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderam não ser claramente evidentes (YIN, 2005, p. 17)”.

Parte desta pesquisa se encaixa em um estudo de caso descritivo, pois traça uma sequência de eventos interpessoais ao longo do tempo investigado na Unidade de Semiliberdade, além de descrever uma subcultura (grupo de pessoas com características específicas que criam ou pretendem criar uma subdivisão cultural) que dificilmente são retratados em outros estudos. Nessa direção atribuo a escrita de Robert Yin para esclarecer o que representa ser um estudo de caso:

Em geral, os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo "como" e "por que", quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real. Pode-se complementar esses estudos de casos "explanatórios" com dois outros tipos - estudos "exploratórios" e "descritivos". Independentemente do tipo de estudo de caso, os pesquisadores devem ter muito cuidado ao projetar e realizar estudos de casos a fim de superar as tradicionais críticas que se faz ao método (YIN, 2001, p. 19).

Local da Pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma Unidade de Semiliberdade do Distrito Federal, no período de três semestres seguidos. A Unidade está situada em uma região administrativa do Distrito Federal bem desenvolvida, e está próximo a escolas e posto de saúde, ambos da rede pública, onde os adolescentes que cumprem medidas podem ser atendidos.

A Unidade atende a sujeitos do sexo masculino, e é importante ressaltar que no Distrito Federal existem quatro Unidades de Semiliberdade masculina e apenas uma Unidade que atende a jovens e adolescentes do sexo feminino.

A equipe multidisciplinar de profissionais da Unidade aqui referida é composta por: pedagogos, assistentes sociais, psicólogos, gestores, assistentes administrativos, auxiliares de limpeza, cozinheiros, além de atendentes de reintegração social (ATRS).

Sujeitos da Pesquisa

Para obter o propósito da pesquisa foi realizada entrevista com a pedagoga da Unidade, além também de dar voz aos adolescentes que são os principais sujeitos da pesquisa. Por recomendação da gestão da Unidade não era permitido fazer anotações das conversas realizadas com os adolescentes, sendo assim, a entrevista foi feita apenas com a pedagoga. Para preservar a identidade do participante foi escolhido nome fictício.

CAPÍTULO I – CONSIDERAÇÕES SOBRE O MARCO LEGAL QUE LEGISLA O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO NO BRASIL

1.1 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído em 13 de julho de 1990 pela Lei nº 8.069. Com a criação, o ECA tornou-se um marco de mudanças de paradigmas, em vez de proteger a sociedade dos menores infratores, foi proposto a garantia de proteção integral das crianças e adolescentes. Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade (Art. 2º, BRASIL, 1990).

De acordo com o referido Estatuto, as crianças e os adolescentes são penalmente inimputáveis, sujeitos a medidas previstas na lei, podendo ser uma medida socioeducativa. (Art. 104º, BRASIL, 1990). A medida socioeducativa aplicada ao adolescente levará em conta a sua capacidade de cumpri-la, as circunstâncias e a gravidade da infração. (Art.112 §1º, BRASIL, 1990).

Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal (Art. 103º, BRASIL, 1990). Ao ser verificada autoria do ato infracional, o ECA determina as seguintes medidas passíveis de aplicação (Art. 112, BRASIL, 1990):

- I - advertência;
- II - obrigação de reparar o dano;
- III - prestação de serviços à comunidade;
- IV - liberdade assistida;
- V - inserção em regime de semiliberdade;
- VI - internação em estabelecimento educacional;
- VII - qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

As medidas previstas no Art. 101, I a VI deste Estatuto referem-se a:

- I – encaminhamento aos pais ou responsável, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – matrícula e frequência obrigatórias em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- IV – inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- V – requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial;
- VI – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos;

A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada (Art. 115, BRASIL, 1990). Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima (Art. 116, BRASIL, 1990). A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais (Art. 117, BRASIL, 1990).

A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente. A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério Público e o defensor. (Art. 118 §1 e §2, BRASIL, 1990).

Já o regime de semiliberdade que é o foco dessa pesquisa, pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independentemente de autorização judicial. São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade. A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação. (Art. 120 §1 e §2, BRASIL, 1990).

A internação é a única medida privativa de liberdade, em que se avalia o prazo no máximo a cada seis meses e o período de internação não pode exceder três anos. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas, podendo realizar atividades externas a critérios da equipe técnica, salvo determinação judicial contrária (Art. 121, BRASIL, 1990). Como o Estatuto dá prioridade ao convívio familiar e comunitário, a medida só pode ser aplicada quando se tratar “de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa; por reiteração no cometimento de outras infrações graves; por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta” (Art. 122, BRASIL, 1990).

1.2 – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)

O SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades, bem como procurando corrigir algumas distorções verificadas quando do atendimento dessa importante e complexa demanda. (DIGIÁCOMO, 2012).

O SINASE deu-se a partir de uma construção coletiva, que contou com a organização do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e dos Adolescentes (CONANDA) e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos (SEDH/SPDCA), em parceria com a Associação Brasileira dos Magistrados e Promotores da Infância e Juventude (ABMP) e o Fórum Nacional de Organizações Governamentais de Atendimento à Criança e ao Adolescente (FONACRIAD). Foram realizados encontros estaduais, regionais e um nacional com representantes das entidades citadas, gestores e servidores de instituições de atendimento socioeducativo (BRASIL, 2006).

Nesse contexto Veronese disserta:

O SINASE é fruto de uma construção coletiva envolvendo diversos seguimentos do governo, representantes de entidades de atendimento, especialistas na área e sociedade civil que promoveram intensos debates com a finalidade de construir parâmetros mais objetivos no atendimento ao adolescente autor de ato infracional. Trata-se de uma política pública que verdadeiramente procura atender aos preceitos pedagógicos das medidas socioeducativas conforme dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (VERONESE, 2009, p. 37).

A implementação do SINASE tem por objetivo primordial o desenvolvimento de uma ação socioeducativa voltada aos princípios dos direitos humanos. Nesse contexto, o Sistema deve ser pautado sempre pelo intuito pedagógico de que devem ser revestidas as medidas socioeducativas, com estabelecimento das formas de gestão do sistema

socioeducativo ao instituir princípios e parâmetros das entidades responsáveis pela execução das medidas impostas ao menor infrator. (OLIVEIRA, 2012, p. 61)

O SINASE descreve que os objetivos das medidas socioeducativas são:

- I - a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação;
- II - a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; e
- III - a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei. (Art. 1º, BRASIL, 2012)

O SINASE será coordenado pela União e integrado pelos sistemas estaduais, distrital e municipais responsáveis pela implementação dos seus respectivos programas de atendimento a adolescente ao qual seja aplicada medida socioeducativa, com liberdade de organização e funcionamento, respeitados os termos desta lei. (Art 2º, BRASIL, 2012).

Com a implementação do SINASE houve uma grande melhoria no processo de municipalização das medidas socioeducativas, estando associado aos avanços das concepções ampliadas de proteção social, assegurada nos arcos de uma Política de Assistência no Brasil. Porém é importante ressaltar que com a implementação desses novos marcos legais, apresentam-se também novos desafios para o atendimento socioeducativo.

CAPÍTULO II – CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UNIDADE DE SEMILIBERDADE

O Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal foi elaborado em 2013, com base na Constituição Federal de 1988, na Lei 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), na Lei 8742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social), na Lei 12.594/12 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo), dentre outros diplomas legais. Fruto de uma participação coletiva, com presença de servidores, socioeducandos e famílias, acreditando ser um fator fundamental para garantir o cumprimento da medida.

Vasconcelos em sua obra fala da importância do Projeto Político Pedagógico no âmbito escolar, ou seja o PPP no cotidiano da escola, entretanto tal definição também pode se adequar no âmbito socioeducativo.

“É um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita resignificar a ação de todos os agentes da instituição” (VASCONCELOS, 1995, p. 143).

O Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas integra ações para garantir que os adolescentes em medida socioeducativa de semiliberdade do Distrito Federal possam vislumbrar possibilidades de superação da sua atual condição, traçando as condições necessárias para que o adolescente possa cumprir a sua medida. Desta forma, busca-se superar os limites históricos da medida, apontando para um novo parâmetro no pensar da sua execução. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p.18).

A missão deste Projeto é promover a reintegração social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, corresponsabilizando quanto às consequências lesivas do ato infracional, bem como pelo cumprimento de medidas socioeducativas impostas; estimulando a sua autonomia, gerando uma reflexão por meio da construção do plano individual de atendimento; possibilitando o acesso a oportunidade que o permita superar essa condição, tendo como eixos a proteção integral, a garantia de direitos, o exercício da cidadania e a brevidade da medida. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p.53).

Além da missão, o Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal, descreve os objetivos:

- I – favorecer o acesso aos direitos fundamentais, tais como, saúde, educação, profissionalização, trabalho, assistência social, esporte, cultura e lazer, entre outros;
- II – desenvolver consciência cidadã, por meio do estímulo ao cumprimento de deveres e à garantia de direitos fundamentais e sociais;
- III – favorecer o desenvolvimento da autonomia, aprendizado da cooperação e participação social;
- IV – propiciar ao socioeducando condições para o convívio social pleno;
- V – garantir ao socioeducando convivência em um ambiente educativo, no qual possa expressar-se, vivenciar relações comunitárias e, também, participar de atividades grupais;
- VI – orientar o adolescente para a construção do seu projeto de vida;
- VII – promover o protagonismo do adolescente;
- VIII – trabalhar a responsabilização do adolescente quanto ao ato infracional cometido;
- IX – despertar o interesse dos adolescentes para o cumprimento das atividades obrigatórias, tais como: escolarização e profissionalização;
- X – ampliar a rede de atendimento público/privada;
- XI – oportunizar o acesso aos familiares à rede de serviços e programas sociais;
- XII – conscientizar a família quanto a sua corresponsabilidade no cumprimento da medida;
- XIII – garantir a participação da família em todas as etapas socioeducativas;
- XIV – resgatar e fortalecer os vínculos familiares e comunitários dos adolescentes;
- XV – garantir a participação dos servidores que atuam nas unidades de semiliberdade na definição do orçamento para a medida;
- XVI – promover ações que visem à educação continuada dos servidores;
- XVII – estimular o socioeducando a respeitar às normas sociais e aos pares;
- XVIII – orientar à importância para o tratamento de saúde. (DISTRITO FEDERAL, 2013, p. 57)

O SINASE estabelece como deve ser elaborado o Projeto Político Pedagógico:

“Os programas devem ter, obrigatoriamente, projeto pedagógico claro e escrito em consonância com os princípios do SINASE. O projeto pedagógico deverá conter minimamente: objetivos, público-alvo, capacidade, fundamentos teórico-metodológicos, ações/atividades, recursos humanos e financeiros, monitoramento e avaliação de domínio de toda a equipe. Este projeto será orientador na elaboração dos demais documentos institucionais (regimento interno, normas disciplinares, plano individual de atendimento).” (BRASIL, 2006, p. 47)

Apesar da iniciativa da Secretaria de Estado da Criança do Distrito Federal em construir este Projeto Político Pedagógico – para estar em conformidade com o que é determinado pelo SINASE – a Unidade de Semiliberdade investigada nesta pesquisa não utiliza este PPP, por acreditar que ao instaurar um PPP padrão, as demandas e as características específicas da Unidade poderão não ser atendidas. Com isso torna-se necessário que a própria Unidade construa o seu PPP, pautado em suas demandas e desafios, usando como base o documento já criado pela Secretaria.

CAPÍTULO III – ELEMENTOS UTILIZADOS PARA A EFETIVAÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA NA UNIDADE

3.1 – Conhecendo a Unidade e as atividades realizadas pelos adolescentes:

A Unidade de Atendimento em Semiliberdade é constituída por dois espaços, sendo este um prédio anexo onde funciona a parte administrativa da Unidade e outro a casa em que os adolescentes passam a semana. No período em que foi realizada a pesquisa, ocorreu um incidente na casa em que os adolescentes ficavam, um incêndio que deu-se início em um dos quartos e se alastrou por todos os cômodos. Felizmente ninguém se machucou. Com toda essa ocorrência, houve uma grande repercussão na mídia e entre todos os funcionários da Unidade, que procuravam alternativas para encontrar um local onde os adolescentes pudessem ser alocados. Com isso os adolescentes foram alocados no prédio anexo que contém um salão de múltiplas funções, uma quadra poliesportiva, uma sala de trabalho do setor administrativo, uma sala de atendimento pedagógico e a sala para o atendimento técnico (psicólogos e assistentes sociais). Foram montadas beliches no salão de múltiplas funções para que eles pudessem passar a semana.

Já a casa apresenta seis quartos, uma sala de televisão, uma sala da coordenação da Unidade, uma sala de revista pessoal, uma sala da equipe de monitoria, um refeitório, uma área de serviço e um banheiro coletivo. A sala da monitoria possui duas janelas, uma virada para o portão de acesso à casa e outra virada para o corredor onde estão os quartos e o banheiro dos adolescentes. A disposição das janelas permite aos agentes ver quem chega ao portão, assim como monitorar o corredor. O portão de acesso à casa é aberto por um interruptor localizado dentro da sala da monitoria ou com chave que alguns agentes e coordenadores possuem.

Os adolescentes permanecem na Unidade de segunda a sexta-feira, podendo realizar atividades externas, como ir à escola, fazer cursos profissionalizantes e trabalhar. Ao chegarem à Unidade, todos os pertences dos adolescentes são revistados, não sendo permitido que os adolescentes portem celular ou dinheiro dentro da casa. Além da revista pessoal pela qual os adolescentes passam diariamente quando retornam de suas atividades externas, os pertences que utilizam como cadernos e mochilas também são revistados.

Às sextas-feiras é feita a avaliação que decide se o adolescente irá para casa no final de semana. Essa avaliação é realizada por uma equipe multidisciplinar composta por,

no mínimo, um supervisor, um agente e um especialista (pedagogo, psicólogo ou assistente social). Para que seja decidido se o adolescente tem o direito de passar o final de semana todo ou, apenas, parte dele com a família, são lidas as ocorrências acerca do comportamento do jovem durante a semana. Se o adolescente não tiver nenhuma ocorrência grave e constar em seus registros apenas anotações sobre algum comportamento que deva ser corrigido, o jovem é liberado e recebe somente uma advertência por parte da equipe. No caso de ocorrências mais graves como o uso de drogas dentro da Unidade ou desrespeito a um servidor, o adolescente pode perder parte do final de semana ou não ser liberado.

Com isso, trago um questionamento feito a Foucault sobre as relações de poder. Alguém lhe perguntou: “mas terá um dia um mundo onde cada um, cada cidadão, será livre para fazer o que ele quiser?”

Não, as relações entre indivíduos são, eu não diria antes de tudo, mas são em todo caso, também relações de poder. E eu creio que, se há algo de polemico dentro disso que pude dizer ou escrever, é simplesmente isto. É que, tanto de um lado como do outro, eu creio, foi demasiadamente conduzido a não se ter em conta a existência destas relações de poder. Quando eu digo de um lado e do outro, eis a qual precisamente eu penso: houve a filosofia tradicional, universitária, espiritualista, como queira, na qual as relações entre indivíduos eram consideradas essencialmente como relações de compreensão, relações de tipo dialogal, de tipo verbal, de tipo discursivo: compreende-se ou não se compreende. E seguidamente tem a análise de tipo marxista, que tenta definir as relações entre as pessoas essencialmente a partir das relações de produção (FOUCAULT, 2001, p. 1666).

A atuação do GENPEX ocorre na Unidade desde 2008, tendo a participação de diferentes graduandos do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, e também de outras áreas de atuação, além de mestrandos e doutorandos que contribuem. As atividades são realizadas as terças e quintas, cujo trabalho é pautado na amorosidade, confiança e lealdade, com o objetivo de oportunizar o desenvolvimento humano entre e com os adolescentes na perspectiva de uma educação transformadora.

Neste período foi realizado o projeto “A Realidade das Quebradas” construído de forma coletiva. O projeto traz como fundamento aspectos da perspectiva histórico-cultural

que considera a constituição do sujeito como parte intrínseca do desenvolvimento humano, pois o sujeito se constitui por meio da cultura, que vem incorporada às aprendizagens vivenciadas por este sujeito, no meio que ele está inserido (GENPEX, 2013, p. 6).

Os adolescentes demandam assuntos que norteiam a realidade em que vivem, então assim como Tomasello, Conceição e Pereira (2003) que usaram o rap como estratégia de acesso aos jovens, o GENPEX também utilizou o rap para poder da voz a esses adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa. Os adolescentes elaboraram uma música de rap, que posteriormente foi gravado em um estúdio de gravação (TOMASELLO, CONCEIÇÃO e PEREIRA, 2003, p.59).

3.2 – Prática Pedagógica desempenhada na Unidade, a partir da fala da Pedagoga.

A pedagoga da Unidade de Semiliberdade do Distrito Federal tem 34 anos, é natural de Minas Gerais e atualmente é residente da região administrativa Águas Claras. Possui formação superior no curso de Pedagogia em uma instituição privada de ensino, com conclusão em 2010. No seu trabalho de conclusão de curso abordou o tema: Dificuldades de Aprendizagem. Contém Pós-Graduação em Psicopedagogia. Informou que na sua formação não houve disciplina nem estágio relacionado a socioeducação, fazendo com que a sua formação acadêmica não colaborasse para o desenvolvimento de práticas pedagógicas dentro do Sistema Socioeducativo.

As práticas pedagógicas exercida na Unidade são desenvolvidas a partir de atividades elaboradas pela pedagoga com auxílio da psicóloga. As atividades não são rotineiras, ou seja, não é feito um cronograma determinando o dia e/ou horário das atividades acontecerem, elas ocorrem de acordo com a disponibilidade da pedagoga e dos demais servidores da Unidade. A pedagoga explica a importância do pedagogo dentro da Unidade e como elabora as atividades:

“No meu trabalho com os meninos, eu sempre procuro fazer as atividades tentando alinhar, vamos supor se eu for dar uma atividade eu tento não dar uma atividade muito aquém do conhecimento deles, muito aquém daquilo que eles sabem, assim eu acho que o pedagogo sabe canalizar bem, sabe direcionar, acho que os outros especialistas aqui são trabalhos diferenciados, porém eu e a psicóloga trabalhamos muito junto, a gente faz oficinas, algumas atividades, mas o saber de quando colocar

determinado assunto, se determinado assunto está adequado, eu acho que é mais o papel do pedagogo.”

Esta Unidade de Semiliberdade, atualmente passou por uma mudança na gestão, pois trata-se de um cargo político, onde pode ocorrer mudanças nos profissionais destinados a direção da Unidade de acordo com o interesse do Governador eleito no período. Felizmente com a gestão atual, está sendo possível realizar mais atividades, entretanto são atividades ocasionais, que ocorrem de acordo com a disponibilidade e surgimento de eventos. A pedagoga relata quais as ações socioeducativas ocorrem na Unidade:

“Não tenho como te citar quais as ações socioeducativas específicas que a gente faz, por que não tem aquela rotina de toda semana a gente fazer, não é assim, a gente até tentou implantar só que não deu certo, não conseguimos. Porém teve constelação familiar, reunião com os pais (a reunião de pais acontece toda ultima quarta-feira do mês, os pais veem e a gente conversa, normalmente escolhemos algum assunto e falamos a respeito dele). E de vez em quando temos algumas atividades culturais, semana passada levamos eles ao teatro, e já levamos em exposições do CCBB (Centro Cultural Banco do Brasil), a gente leva os que tão na casa, da ultima vez tinham quinze na casa e foram todos, foi bem bacana, eles gostam, eles adoram.”

Para que ocorra uma prática pedagógica efetiva, é necessário superar alguns desafios que ocorrem no exercício da função do pedagogo e dos demais servidores. O acompanhamento escolar dos adolescentes, por exemplo, é um pouco comprometido, pelo fato da Unidade ter dificuldade de trabalhar em conjunto com a Secretaria de Educação. A maioria dos jovens da Unidade são da Educação de Jovens e Adultos – EJA e normalmente as escolas ofertam EJA apenas pela noite. A noite não tem um profissional para fazer o acompanhamento pedagógico, fica limitado somente ao professor. Com isso o contato da Unidade com a Escola fica comprometido por não ter alguém como referência para passar informações, ficando restrito apenas aos jovens levarem alguma informação para os profissionais da Unidade.

Assim como a atuação do GENPEX dentro da Unidade de Semiliberdade, parte de um trabalho pautado na amorosidade, confiança e lealdade, a pedagoga relata como é a sua

atuação, tendo bastante relação com o trabalho que é desenvolvido pelo GENPEX, onde a confiança deve partir primeiramente deles em nós, pois só assim será possível desenvolver uma prática pedagógica efetiva. Relato da pedagoga:

“Eu vou falar por mim, porque acredito que existem profissionais que trabalhem de forma diferente. Eu percebo que consigo trabalhar melhor com eles, consigo algum progresso deles, quando vou pela questão da proximidade, que eu me ponho de igual para igual. Eu trato eles igual, eu sento converso, bato papo, tem uns que são mais carentes, então precisa do toque, tem que abraçar, tem que pegar, e eu não me importo, eles nunca me trataram com desrespeito, sempre muito respeitosos, então eu não vejo problema nisso, tem uns que chegam, abraça, conversa, brinca, então assim eu acho que isso é uma das especificidades do meu trabalho, pra você conseguir trabalhar com esses meninos você tem que tratar de igual para igual e não ficar com aquela coisa, aquele medo, receio, tudo bem cometeram ato infracional, mas a partir do momento que você se coloca igual, a gente ganha confiança e é primordial na minha opinião, se você não conseguir que um menino desse confie em você, você não consegue trabalhar. Porque eles já veem de uma historia lá atrás de desconfiança, então eles sempre estão desconfiados de tudo e de todo mundo. Nos meus atendimentos mesmo eu sempre falo com eles, que não estou aqui para julgar, para falar do ato infracional que cometeram, que eu sou o depois do ato infracional, que estou para ajudar, mas para eu ajudar vamos ter que criar uma relação de confiança. E graças a Deus até hoje eu consegui ter esse contato mais próximo com eles, e a resposta também, eu consigo muita evolução, muito progresso.”

Com isso ressalto a importância da atuação do GENPEX dentro do sistema socioeducativo, em especial nessa Unidade de Semiliberdade, por desenvolver em parceria com a gestão da Unidade práticas pedagógicas relevantes para a formação de um sujeito de amor, poder e saber, entendendo a práxis educativa como fundamental para a construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente o intuito deste Trabalho de Conclusão de Curso – TCC era dá voz aos jovens em cumprimento de medida socioeducativa, buscando compreender o seu local de fala e exteriorizar os seus sentimentos e angústias, relatado por eles a cada visita realizada na Unidade, pois acredito que a fala desses adolescentes são essenciais para a construção de práticas educativas dentro do sistema socioeducativo, entretanto infelizmente esses jovens são silenciados. Por questões burocráticas institucionais, não foi possível obter em tempo cabível autorização para entrevistas com os jovens, com isso a entrevista foi realizada apenas com a pedagoga da Unidade, todavia em todo decorrer desta pesquisa busco relacionar as referencias teóricas com as falas dos jovens.

A partir da pesquisa realizada, pautada na vivência em uma Unidade de Semiliberdade do Distrito Federal, foi possível perceber com a fala das pedagogas e fundamentalmente com uma ampla análise teórica, a relevância da prática pedagógica no processo de ressocialização dos jovens que estão em cumprimento de medida socioeducativa. É atribuído a esses jovens uma vasta carga negativa, estereotipando-os como um problema a sociedade, com isso torna-se necessário que a pedagoga da Unidade faça uma reflexão com o intuito de ressignificar as suas práticas, para que este preconceito social não continue sendo reproduzido dentro da Unidade.

Percebe-se que quando há um interesse por parte dos agentes em entender os jovens para além da condição de adolescente em cumprimento de medida, a sensação de hostilidade se ameniza, pois o jovem não se sente desvalorizado, como ocorre em relação àqueles agentes que não conseguem percebê-los como dignos de respeito. (GRATÃO, 2014, p.43).

Os resultados desta pesquisa direcionam para uma maior ampliação na oferta de cursos de formação continuada voltados a área da socioeducação, pois apesar dos avanços com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, e do esforço da Secretaria da Criança do Distrito Federal de criar um Projeto Político Pedagógico das Medidas Socioeducativas do DF, a atuação dos profissionais ainda é defasada, necessitando possuir uma reflexão mais aprofundada, para poder obter com mais clareza uma relação da teoria com a prática, fortalecendo assim as práticas educativas.

Outro fator importante possível perceber com a realização deste trabalho foi de repensar o currículo dos cursos de Pedagogia, com o intuito de explicitar uma proposta da

implantação de disciplinas correlacionadas com a atuação do pedagogo dentro do sistema socioeducativo, perpassando pelos marcos legais que regem a semiliberdade, para que a inserção do pedagogo neste lócus de atuação seja mais efetivo.

Ainda neste contexto, o tema trabalhado nesta pesquisa não se esgota por aqui, havendo outras questões que podem ser problematizadas, servindo de objeto para uma posterior investigação. Uma pesquisa realizada a partir das falas dos jovens em cumprimento de medida socioeducativa e/ou uma análise do currículo dos cursos de Pedagogia, são questões relevantes a serem trabalhadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Fernanda Pereira. **Processos de Formação do Pedagogo com Jovens em Conflito com a Lei. Brasília.** Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (Trabalho de Conclusão de Curso), 2010.

BARBIER, R. **A pesquisa-ação.** Brasília: Plano, 2002.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/Secretaria Especial dos Direitos Humanos.** Brasília: CONANDA, 2006.

BRASIL. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase).** Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.

DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político- Pedagógico das Medidas Socioeducativas no Distrito Federal: Semiliberdade.** Brasília: SECriança, 2013.

FOUCAULT, Michel. **“L’herméneutique du sujet cours au Collège de France.»** 1981 – 1982. édition publiée sur la direction de François Ewald e autres. Paris. Gallimard, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Editora Vozes, 1977.

GRATÃO, Paula Guimarães. **A Unidade de Atendimento em Semiliberdade de Taguatinga (UAST) e suas relações de sociabilidade.** Brasília: Universidade de Brasília/Departamento de Antropologia (Trabalho de Conclusão de Curso), 2014.

GENPEX. **A Realidade das Quebradas do Distrito Federal/Entorno.** Brasília: sem publicação, 2013.

GODOY, Arilda Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades.** RAE - Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 35, n. 2, 1995.

LIBÂNEO, João Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas.** Educar. n. 17. ,p. 153-176. Editora da UFPR. Curitiba, 2001.

MARTINS, Ester Santos. **A formação do pedagogo em uma Unidade de Semiliberdade do DF: Profissionais com máscaras sem *script*.** Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (Trabalho de Conclusão de Curso), 2015.

NAVES, Rozana Reigota. **Formação de professores: ação-reflexão-inovação.** Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

REIS, Renato Hilário dos. **A constituição do ser humano: amor-poder-saber na educação/alfabetização de jovens e adultos.** 1ª ed. Brasília: Autores Associados, 2011.

TEIXEIRA, Fabiana da Silva. **(Sócio) educação: Desafios para a Práxis Pedagógica.** Brasília: Universidade de Brasília/Faculdade de Educação (Trabalho de Conclusão de Curso), 2013.

TOMASELLO, Fábio; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo; PEREIRA, Sandra Eni F. N. Oficina R.A.P. In: SUDBRACK, Maria Fátima Olivier et. al. (Org.). **Adolescentes e drogas no contexto da Justiça.** Brasília: Plano Editora, 2003.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: Plano de ensino aprendizagem e projeto educativo.** São Paulo: Libertart, 1995.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS FUTURAS

Com o fim deste ciclo surgem diversas possibilidades e variáveis fazendo com que eu sonhe cada dia mais alto. Pretendo me especializar na área socioeducativa, pois o meu principal objetivo é poder atuar de forma diferenciada com esses jovens em cumprimento de medida socioeducativa, podendo assim dá um retorno ao Estado pelo investimento que fez na minha formação. Posteriormente almejo ingresso no Mestrado, tendo a socioeducação como lócus de atuação, associando a teórica com a prática para exercer um trabalho mais eficaz.

Não pretendo trabalhar em instituições privadas, por conta da desvalorização do profissional da educação. Desejo ingressar no serviço público, preferencialmente para exercer um trabalho com Educação de Jovens e Adultos, no período noturno, a ideia é associar as duas práticas. Se não for possível, priorizo atuar com a socioeducação.

Independentemente de onde irei atuar vou sempre dá o meu melhor, levando comigo os ensinamentos obtidos nessa formação, em especial as vivências que tive com o GENPEX que contribuíram para a minha formação como sujeito de amor, poder e saber (REIS, 2011). E assim como diz Paulo Freire, eu também acredito que a educação por si só não muda o mundo, porém ela muda pessoas e pessoas muda o mundo.

ANEXOS

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dados do entrevistado:

Local de Nascimento: _____

Idade: _____ **Sexo** _____

Estado civil: () Solteiro () Casado () União Estável

() Separado/Divorciado () Viúvo () Não respondeu.

Você tem filhos(as)? _____ **Quantos(as)?** _____

Região/Quadra onde mora: _____

Formação Superior: _____ **Conclusão:** _____

Instituição Pública ou Privada? _____

TCC: _____

Pós-Graduação: _____

1. Prática Profissional

- Qual a importância do Pedagogo para a Instituição?
- Descreva seu trabalho na Unidade de Semiliberdade. (Que ações socioeducativas você desenvolve?)
- Quais as dificuldades encontradas no cotidiano de seu trabalho? Como você enfrenta/ contorna essas dificuldades. Exemplos.
- Quais as especificidades existentes no trabalho com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa?
- Quais as maiores dificuldades no exercício da sua função?
- E quais os maiores facilitadores?
- Após a sua inserção neste meio social, com adolescentes infratores, ocorreu alguma mudança significativa na sua forma de ver esses jovens?

2. Conhecimento da formação profissional:

- Houve na sua formação disciplina sobre alunos em socioeducação, oportunidade de estágio na área, ou aprofundamento acerca do Estatuto da Criança e do Adolescente.
- A sua formação acadêmica colaborou para desenvolver práticas pedagógicas no Sistema Socioeducativo? De que forma?

3. Após a Formação

- Em algum momento você fez concurso para rede público de ensino?
- Qual o motivo que te levou escolher atuar como pedagoga dentro do sistema socioeducativo?
- Você participa de formação continuada de pedagogia específica para o sistema socioeducativo? Onde?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu aceito participar da pesquisa desenvolvida pelo graduando em Pedagogia Murillo Veloso Fernandes Costa (matrícula: 11/0150724), sob orientação da Professora Doutora Maria Clarisse Viera, professora da Universidade de Brasília. Estou ciente do tema e dos objetivos deste estudo, bem como das normas éticas que garantem: (a) o total sigilo das identidades pessoas dos participantes desta pesquisa; (b) que a participação é voluntária e os participantes podem se desligar a qualquer momento da pesquisa ou não responder alguma pergunta específica quando desejar, sem que isto acarrete nenhum tipo de prejuízo.

Em caso de concordância com as considerações expostas, solicitamos que assine este “Termo de Consentimento Livre e Esclarecido” no local indicado abaixo. Desde já agradecemos sua colaboração e nos comprometemos com a disponibilização dos resultados obtidos nesta pesquisa, tornando-os acessíveis a todos os participantes.

Brasília, ____ de _____ de 2016.

Assinatura

Murillo Veloso Fernandes Costa (matrícula 11/0150724)
Graduando em Pedagogia pela Universidade de Brasília – UnB

Doutora Maria Clarisse Viera
Professora da Universidade de Brasília